

Nova Lei de Licitações precisa ser mais bem estudada, diz entidade

Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil afirma que trechos da regra de contratos públicos causam preocupação



Para o presidente da Atricon, Cezar Miola (foto), trechos da nova regra dificultam o trabalho das Cortes de Contas do país

Eric Napoli

18.dez.2023 (segunda-feira) - 18h57

A [Atricon](#) (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil) publicou nesta 2ª feira (18.dez.2023) uma nota em que pede a revisão de trechos do [projeto de lei 3.954 de 2023](#), chamado de Nova Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos. O projeto, que aguarda sanção presidencial, substitui 3 outras leis que regem sobre a modelagem dos contratos públicos.

Segundo a Atricon, a nova regra desperta preocupações aos tribunais de contas espalhados pelo país. Isso porque, além de uma implementação difícil, existem pontos na lei que dificultam o trabalho dos tribunais e do corpo técnico de auditores. Leia a [íntegra](#) da nota (PDF - 39 kB).

receba alertas grátis do Poder360



quero receber por e-mail

OK

concordo com os [termos da LGPD](#)



quero receber no WhatsApp

INSCREVA-SE



quero receber no Telegram

INSCREVA-SE

Para o presidente da Atricon, Cezar Miola, o artigo da nova regra -que estabelece o modo de disputa fechado para obras e serviços especiais de engenharia, serviços técnicos especializados de natureza intelectual e serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos acima de R\$ 1,5 milhão- abre espaço para grandes contratações sem o devido processo de competição.

“Nesse tipo de competição, as propostas ficam em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação, permitindo contratações expressivas mediante a utilização de mecanismos de competitividade mitigados”, disse Miola.

Outra regra que ligou o alerta da Atricon é a abertura de possibilidade de ampliação das hipóteses de adesão à ata de preços. Para Miola, o artigo dá ao município a possibilidade de criar situações permissivas de contratação de valores excessivos.

“Além disso, diferenças nas estruturas administrativas e operacionais entre os órgãos podem gerar dificuldades na compatibilidade das exigências contratuais e na adequação dos serviços, causando atrasos ou problemas na entrega”, declarou Miola.

Em conversa com o **Poder360**, o executivo afirmou que a Atricon entrou em contato com a Casa Civil para a revisão de alguns trechos os quais a associação entende que demandam mais estudos.

A preocupação com trechos da Nova Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos não é exclusiva da Atricon. Na 4ª feira (13.dez), a AudTCU (Auditoria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União) e a Idisa (Instituto de Direito Sanitário Aplicado) publicaram uma nota conjunta criticando trechos da nova regra.

As entidades afirmam que o Congresso não ouviu especialistas o suficiente e que não está ciente das consequências que trechos problemáticos da lei podem causar à administração pública. “A ausência de estudos sobre essas consequências revela o deficit de debate democrático durante o processo legislativo”, diz a nota. Leia a [íntegra](#) do documento (PDF - 1 MB).

o Poder360 integra o The Trust Project

autores

Eric Napoli

redator

enviar e-mail

[eric-napoli-b243b31a0](#)

